



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124681 - MG (2020/0053843-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ  
RECORRENTE : A DE O A (PRESO)  
ADVOGADO : NATAN ALVES LOURENCO DIAS - MG193874  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PENAL. EXECUÇÃO PENAL. DELITO DO ART. 214, C.C. O ART. 226, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. CRIME COMETIDO ANTES DA EDIÇÃO DA LEI Nº 12.015/2009. NATUREZA HEDIONDA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. RECURSO DESPROVIDO.

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido liminar, interposto por A. DE O. A. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.172895-5/000.

Consta dos autos que o Recorrente – que cumpre pena de 9 (nove) anos de reclusão pelo crime previsto no art. 214, c. c. o art. 226, inciso II, ambos do Código Penal (redação anterior à Lei n.º 12.015/2009) – pleiteou ao Juízo das Execuções Penais que fosse afastada a hediondez do crime e, conseqüentemente, retificado o atestado de pena. O pedido foi indeferido (fls. 85-86).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 139-142).

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em suma, que o crime pelo qual foi condenado não é hediondo, pois "*segundo a L8072/90 em seu art. 1º, inc. VI, hediondo se dá a condenação nos Art. 214 c/c o art. 223 (atentado violento ao pudor com resultado lesão corporal de natureza grave ou resultado morte)*" (fl. 157) e, assim, "*deverá a regra de progressão ser aquela definida no art. 112 da L7210, portanto, 1/6 de cumprimento em regime mais gravoso*" (fl. 157).

Requer seja reconhecida a natureza não hedionda do crime com as conseqüências executórias daí advindas.

Não foi formulado pleito liminar.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 207-210).

É o relatório.

Decido.

O Juízo das Execuções Penais – referendado pelo Colegiado estadual – indeferiu o pedido de retificação do cálculo de penas nos seguintes termos (fl. 85):

*"Conforme decidiu o eg. STJ no recurso paradigma, (REsp nº 1110520/SP), para o reconhecimento do caráter hediondo do estupro e do atentado violento ao pudor, ainda que cometidos antes da entrada em vigor da Lei nº 12.015/09, apresenta-se irrelevante que da sua prática tenha resultado lesões corporais de natureza grave ou morte."*

Consoante pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, os crimes de estupro e atentado violento ao pudor são hediondos, ainda que praticados em sua forma simples e antes da edição da Lei n.º 12.015/2009, **independentemente de resultar em lesões corporais de natureza grave ou morte** (v.g., HC 222.115/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 27/08/2013), o que demonstra a idoneidade da fundamentação apresentada pelas instâncias de origem.

Cito, ainda, os seguintes precedentes:

*"1. No julgamento do Resp nº 1.110.520/DF, a Terceira Seção desta Corte Superior pacificou o entendimento de que os crimes de estupro e atentado violento ao pudor praticados anteriormente à Lei n.º 12.015/2009, ainda que mediante violência presumida, configuram crimes hediondos.*

*2. Firmou-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que os delitos de estupro e de atentado violento ao pudor, nas suas formas simples e qualificada, estão incluídos no rol de crimes hediondos desde a edição da Lei n. 8.072/1990, não se exigindo a ocorrência de morte ou lesão corporal grave da vítima para que seja caracterizada a hediondez (AgRg no REsp 1187176/RS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe 19/03/2012).*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1.627.093/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 04/10/2017, sem grifos no original.)*

*"1. Na ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.225.387/RS, ocorrido em 28/8/2013, a Terceira Seção deste Superior Tribunal pacificou o entendimento acerca do caráter hediondo dos delitos de estupro e de atentado violento ao pudor, ainda que praticados com violência presumida, cometidos antes da vigência da Lei n. 12.015/2009." (REsp 1.427.703/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017, sem grifos no original.)*

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora